



Número: **0600563-91.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Carlos Alberto Costa Ritzmann**

Última distribuição : **27/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600085-34.2020.6.16.0178**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Omissão de Informações Obrigatórias, Mandado de Segurança, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança com pedido de liminar nº 0600563-91.2020.6.16.0000, impetrado por Maria Amália Barros Tortato em face do ato coator da Juíza da 178ª Zona Eleitoral de Curitiba/PR, Dra. Melissa de Azevedo Olivas, que determinou que a representada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, promova a cessão do impulsionamento de conteúdos junto ao Facebook e Instagram em desacordo com a legislação eleitoral, bem como se abstenha da realização de outros de forma irregular, tudo sob pena de multa de R\$ 5.000,00 por postagem irregularmente impulsionada, exarado nos autos de Representação Eleitoral nº 0600085-34.2020.6.16.0178, em face de Maria Amália Barros Tortato, que inicialmente possuía a classe judicial de Notícia de irregularidade em propaganda eleitoral e posteriormente teve sua conversão deferida para Representação, sob a alegação de que a candidata denunciada estaria se utilizando de propaganda irregular, uma vez que realiza propaganda eleitoral pela rede social "Instagram" sem constar na propaganda o CNPJ, o que de fato contraria a Resolução nº 23.610 do TSE, bem como o art. 57-C da Lei eleitoral. (Requer que liminarmente e inaudita altera parte, seja cassada a decisão teratológica exarada pela Autoridade Coatora, sendo liberada a publicidade legalmente posta pela Impetrante, pelo menos até o julgamento do mérito desta demanda; ao final, depois dos trâmites legais de estilo, que seja consolidada a medida liminar almejada e, por conseguinte, concedida definitivamente a segurança pleiteada, com seus consectários lógicos e legais).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA AMALIA BARROS TORTATO (IMPETRANTE)		JULIANA MARKENDORF NODA (ADVOGADO) LUCYMARA URSOLA TURESSO ZAVOLSKI (ADVOGADO)	
JUÍZO DA 178ª ZONA ELEITORAL DE CURITIBA PR (IMPETRADO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20810516	05/12/2020 10:44	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) 0600563-91.2020.6.16.0000

IMPETRANTE: MARIA AMALIA BARROS TORTATO

Advogados do(a) IMPETRANTE: JULIANA MARKENDORF NODA - PR89931, LUCYMARA URSOLA  
TURESSO ZAVOLSKI - PR81984

IMPETRADO: JUÍZO DA 178ª ZONA ELEITORAL DE CURITIBA PR

Advogado do(a) IMPETRADO:

RELATOR: CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN

VISTOS ETC.

I – Relatório

1. Trata-se de **Mandado de Segurança com pedido liminar**, impetrado por **MARIA AMÁLIA BARROS TORTATO**, em face de ato coator praticado pelo d. Juízo da 178ª Zona Eleitoral de Curitiba/PR, que deferiu o pedido liminar nos autos de Representação nº0600355-11.2020.6.16.0032, determinando que a impetrante realizasse a cessação do impulsionamento de conteúdos junto ao Facebook e Instagram em desacordo com a legislação eleitoral, bem como se abstenha de realizar outros de forma irregular, sob pena de multa.

2. A impetrante sustentou na inicial do *mandamus* que:

- a) a decisão é desprendida de qualquer preceito doutrinário ou jurisprudencial;
- b) o argumento levantado pelo MPE na representação é o de ausência nas postagens do CNPJ que identifique o contratante das publicidades, o que violaria o artigo 29, §5º, da Res. TSE nº23.610/19;
- c) não há esta omissão, vez que basta clicar na “tag” que identifica a postagem – “Propaganda eleitoral – ELEIÇÃO 2020 MARIA AMÁLIA BARROS TORTATO VEREADOR”, para ter acesso ao CNPJ de forma clara e legível;
- d) a ausência de visualização do CNPJ do contratante no anúncio se trata tão somente de aspecto que envolve a usabilidade do produto, vez que o CNPJ/CPF só é exibido ao público após clicar no ícone “i”, que aparece no canto superior direito da imagem do anúncio impulsionado;



e) estão presentes os requisitos para a concessão da liminar pleiteada, vez que a plausibilidade do direito emerge dos documentos que seguem em anexo e da própria fundamentação exposta, vez que a publicidade veiculada respeita a legislação eleitoral, e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação se evidencia no prejuízo à igualdade do pleito, vez que a impetrante estará impedida de realizar propaganda permitida.

3. Por fim, requereu a concessão do pedido liminar para que seja cassado o ato coator, sendo liberada a publicidade legalmente realizada pela impetrante, pelo menos até o julgamento do mérito da demanda

4. O pedido foi deferido por este relator, a fim de permitir que a impetrante realize o impulsionamento de conteúdos, desde que seja possível se aferir os requisitos do artigo 29, §4º, da Resolução nº23.610/2019, até o julgamento do mérito da representação proposta em primeiro grau.

É o relatório.

## **II – Da decisão e seus fundamentos**

5. Com fulcro no disposto no artigo 31, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral, passo a decidir.

6. De plano, é de se ressaltar que a bem lançada decisão do eminente Relator (ID 14543716), seria suficiente, por si só, para ensejar a extinção do presente mandado de segurança.

7. Contudo, em consulta aos autos de Representação nº0600355-11.2020.6.16.0032, verificou-se a prolação de sentença, em 28.10.2020, julgando procedente o pedido formulado.

8. Uma vez que o pedido formulado na presente ação mandamental está fundamentado na inércia do Juízo *a quo* em apreciar os pedidos formulados na representação originária, resta configurada a perda superveniente do objeto, nos termos da previsão do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

9. **ISTO POSTO**, diante da argumentação acima expendida, e com fundamento no artigo 31, inciso IV, letra a, do Regimento Interno deste TRE/PR, **julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, diante da perda superveniente do objeto.**

10. Realizem-se as diligências necessárias.

Publique-se. Registre-se. Intime-se, nos termos do artigo 64 da Res. TSE nº23.208/2019.

Curitiba, *datado eletronicamente*.

**Carlos Alberto Costa Ritzmann**

**Relator**

